

SUPLEMENTO

DO PATRIMÓNIO

Feiras e mercados de Lousada nos séculos XVIII e XIX: apontamento inicial

Texto | **Cristiano CARDOSO**
Técnico Superior de História. CML

As feiras surgem da necessidade de promover a troca de produtos entre o interior e as cidades ou entre regiões produtoras distintas. Possibilitava o abastecimento de produtos escassos ou inexistentes em determinadas regiões: qualidades diferentes de frutas e legumes, de gado, de peixe, de produtos manufaturados.

Na imagem um aspeto da feira de Lousada ainda no local original, denominado por Largo da Feira, atual Praça D. António Meireles. Foto datável da década de 1920 ou 1930. A feira deixou de se levantar neste local a partir de 1940. Por decisão camarária, presidida pelo Dr. Afonso Quintela, a feira passou para um espaço amplo e arborizado onde ainda hoje se realiza.



Convencionou-se designar por feira a um evento com periodicidade anual, semestral ou mensal que tendia a atrair mercadores de regiões mais distantes, movidos pela vantagem de apresentarem artigos diferenciados, beneficiando da razão oferta/procura que acabava manifestada no preço.

A feira estava, muitas vezes, associada a uma festividade religiosa e podia estender-se por vários dias, casos da feira de Amarante, que se realizava de 3 a 11 de janeiro, associada ao São Gonçalo; ou da feira de Guimarães, entre 10 a 17 de agosto, ligada à festividade da Assunção de Nossa Senhora. Do mesmo modo, poderia desenvolver-se predominantemente em torno de um determinado género de produto, como a feira da louça de Penafiel, que se levantava na Praça do Município, em frente à antiga Associação Comercial.

Por outro lado, designava-se mercado a uma praça de mercadores locais ou próximos, que podiam ou não ser produtores, aproveitando, neste caso, para escoar excedentes. Destinava-se fundamentalmente a promover as trocas comerciais de produtos correntes numa área mais circunscrita, provendo as necessidades da população local. Realizava-se diariamente, numa cidade ou grande vila, ou com periodicidade semanal ou quinzenal, tratando-se de uma pequena localidade, sede de concelho rural e disperso, como se verificaria no caso de Lousada.

Um dos maiores incentivos ao concurso de público e mercadores às feiras era a isenção de tributação. As feiras francas eram muito concorridas pois as trocas aí efetuadas ficavam isentas do pagamento da sisa. Este privilégio era geralmente concedido para beneficiar terras remotas, às quais tendencialmente não acorriam os mercadores. Também podiam ser franqueadas algumas feiras de periodicidade mais curta no sentido de promover o comércio em épocas de declínio ou para atrair produtos pouco frequentes. As posturas podiam igualmente taxar diferenciadamente produtos específicos, no sentido de proteger a economia e a produção local, ou, por outro lado, isentar artigos de que houvesse carestia na localidade.

As feiras cativas, consistiam no oposto, onerando principalmente os mercadores provenientes de fora dos limites da circunscrição local ou regional (concelho, comarca). As autoridades concelhias, em especial nos concelhos rurais, eram muito zelosas na fiscaliza-

ção destas feiras ou mercados, designando um membro da câmara para proceder à inspeção e alinhamento das tendas, e à tributação dos produtos conforme as posturas municipais. Numa disposição claramente protecionista, as câmaras oneravam toda a carga que viesse de fora do concelho, prejudicando, por vezes, a diversidade e a qualidade dos mercados locais. Apesar da proteção dos mercadores e produtores locais, que aplaudiam essas medidas restritivas, era o comércio e o desenvolvimento que acabava por se ressentir, gerando pouca concorrência e fraco dinamismo económico.

Cuidando de proteger os interesses do desenvolvimento económico e de todo o povo que acorria à feira, numa antecipação prudente de possíveis descatos derivados da invulgar afluência de gentes, as autoridades cumpriam e declaravam a tradicional “paz da feira” ou “paz do mercado”. Durante este período eram proibidos os descatos e o puxar de arma, ficando os infratores sujeitos às penalidades impostas.

A FEIRA DE LOUSADA

Vamos designar por “feira de Lousada” a que se levanta quinzenalmente na sede do concelho. Os elementos históricos acerca da feira de Lousada (que assumiria características mais atinentes com o conceito de mercado) são escassos. A referência mais antiga chega-nos através das Memórias Paroquiais de 1758, em que o pároco de Silves referia o seguinte:

Há feira nesta freguezia que se faz no lugar de Turram, duas vezes cada mês, a saber, aos nove e aos vinte e cinco, e se paga de sisa por cada junta de bois duzentos reis em dinheiro, e quatro reis de portage. E consta a dita feira somente de bois, pam cozido, vinho, peixe fresco, bacalhao, sardinhas e tendeiros. E dura somente hum dia.

A feira do Torrão era o único mercado regular e sem associação a qualquer festividade que funcionava dentro dos limites do antigo concelho de Lousada. Desconhece-se o ano da sua criação, mas ter-se-á desenvolvido durante a primeira metade do século XVIII, época em que se assiste à implementação de muitos mercados ou feiras pela região: Freamunde (1719), Recarei (1746) – no reinado de D. João V; nota igualmente para feiras criadas ainda no reinado de D. Pedro II – Benviver (Marco de Canaveses), Baião, Guimarães e

Amarante. Referência ainda para a feira de Vila Meã, antigo concelho de Santa Cruz de Riba Tãmega, que remonta a período ainda mais recuado, e à feira mensal de Unhão, seiscentista.

Pelo breve relato do pároco é possível perceber que a feira não era isenta, pagando-se sisa e portagem, estando fixados os valores da tributação, possivelmente em posturas municipais, para as juntas de bois. Se a sisa só incidia sobre a mercadoria transacionada, já a portagem recaía sobre toda a carga que entrasse nos limites do concelho, ou seja, havia uma tendência protecionista por parte das autoridades concelhias no sentido de onerar principalmente o gado proveniente de fora.



Figura 2 - Outro aspeto da feira ou mercado de Lousada realizado na sua antiga localização.

Outro pormenor interessante reside no facto de ainda hoje se conservarem as datas do mercado tal como há mais de 250 anos atrás – aos 9 e aos 25 de cada mês. Aliás, a fixação das datas não era aleatória. Era necessário atender a algumas questões antes de avançar para a sugestão dos dias. Desde logo, impunha-se que não houvesse simultaneidade com os dias de outras feiras já instituídas na região. Cremos, igualmente, que a marcação dos dias também dependeria de um roteiro de feiras ou festas religiosas. Convinha

aos promotores, mais ainda se fossem autoridades concelhias, sugerir uma data próxima das mais concorridas feiras e romarias das redondezas, pois essa proximidade entre eventos motivava a presença de maior número e diversidade de mercadores.

Devido à coincidência entre a feira do dia 25 de dezembro e a festividade do Natal, esta última feira do ano passou a realizar-se durante a oitava natalícia, acabando por se fixar no dia imediato, 26 de dezembro. Esta particularidade poderá ter sido considerada logo no momento da instituição da feira, por alvará ou provisão régios, ou então consagrado por postura municipal e costume dos povos ao longo dos anos subsequentes. Foi esta circunstância que deu origem à propalada “Feira das Oitavas”, que resultou unicamente da transferência obrigatória do dia de feira quando calhava em dias de preceito.

Situação muito parecida se passava com a data de 9 de agosto, em que a feira de Lousada coincidia com a grande e concorrida romaria de Santo Ovídeo, de Aveleda. Um executivo camarário do ano de 1844, observando que grande parte dos tendeiros e mercadores debandava para a romaria, onde certamente encontravam mais público, tomou a decisão de deixar de realizar a feira dos 9 de agosto, fazendo-a reunir-se com a festa ao santo mártir de Aveleda. O pároco memorialista teve também o cuidado de mencionar os produtos comercializados na feira, dando uma pequena ideia da diversidade já então observada. O destaque, por sinal, coincidindo com muitas outras feiras da região, era o comércio de gado, particularmente gado bovino de trabalho, as célebres juntas de bois, sem o auxílio das quais nenhum lavrador poderia ambicionar obter um rendimento satisfatório das suas terras. A par com os referidos tendeiros, mercadores locais ou das proximidades que vinham escoar os excedentes da produção agrícola ou artesanal, vemos assinalado um conjunto de produtos que nos levam a considerar a assiduidade de almocreves.

A presença de produtos como peixe fresco, sardinhas ou bacalhau tende a confirmar esta ideia, pois antecipa uma circulação de géneros do litoral para o interior, função historicamente desempenhada pelos ditos almocreves desde a Idade Média. Hábeis condutores de bestas de carga e muito conhecedores dos caminhos, os almocreves podiam trabalhar por sua conta, estabelecendo e per-

correndo uma rede de compradores, ou podiam estar contratados por uma entidade (câmaras, nobres, misericórdias, mosteiros ou grandes mercadores). Havia igualmente os que eram contratados para abastecer unicamente um produto (carvão, sal, peixe, etc.). Por vezes, por questões de segurança, viajavam em grupo. Embora originariamente não fosse essa a sua função, ao longo do tempo os almocreves tornaram-se também mercadores.

Mais importante do que a presença de almocreves na feira de Lousada é a sua passagem, fosse para vender diretamente, fosse como intermediários dos mercadores. É signficante a circulação destes profissionais do transporte, pois sugere-nos a existência de um itinerário, fixado, como se compreende, pela existência de estradas, de locais de pernoita e de muda. A povoação do Torrão, cabeça do concelho de Lousada, estava inscrita, tudo leva a crer, neste itinerário preferencial, que ligava a cidade do Porto ao Alto Tâmega, a uma jornada de viagem das estalagens de Valongo e de Alfena (cerca de 30km) e das de Celorico de Basto (cerca de 40km). Este antigo e frequentado itinerário está bem documentado no seu trajeto, inclusivamente no termo da povoação do Torrão, onde era designado por “estrada do Porto” ao longo do século XVI, cruzando aqui com a “estrada de Amarante”. Aquela veio mais tarde a ser denominada por Rua do Torrão, Rua da Vila e depois Rua de Santo António; a outra era a antiquíssima Rua de São Sebastião. No cruzamento das duas, a velha e desaparecida capela de São Sebastião, local que terá servido, com certeza, de abrigo e conforto espiritual para muitos viajantes.

A referida “estrada do Porto”, ou seja, a via que passava pelo centro da povoação do Torrão e que, neste local assumia tal denominação, em face da sua proveniência originária, apesar de não aparecer marcada na maioria dos mapas da época, teria alguma importância estratégica. O percurso iniciava-se no Porto e dividia-se, junto à Ponte Ferreira (Campo, Valongo), entre a estrada de Penafiel e a estrada de Amarante. A estrada de Amarante seguia em frente, enquanto a de Penafiel derivava para nordeste percorrendo toda a zona sul do antigo concelho de Aguiar de Sousa até às imediações da antiga Arrifana de Sousa. Aí desviava para a dita povoação, atravessando o rio Sousa na ponte de Novelas, continuando por Lodares e Lagoas até ao Torrão. Daqui seguia para nascente, atravessando o ribeiro

de Pontarrinhas, passando por Unhão e Felgueiras em direção a Basto. Este era o percurso mais direto para Chaves e Bragança, fazendo-se a transposição do Tâmega em Cavez. Em 1843 a câmara de Lousada fazia menção à necessidade de beneficiação da então Rua do Torrão por ser a mais direta e frequentada no acesso àquelas praças transmontanas “sendo até passagem de tropas”.

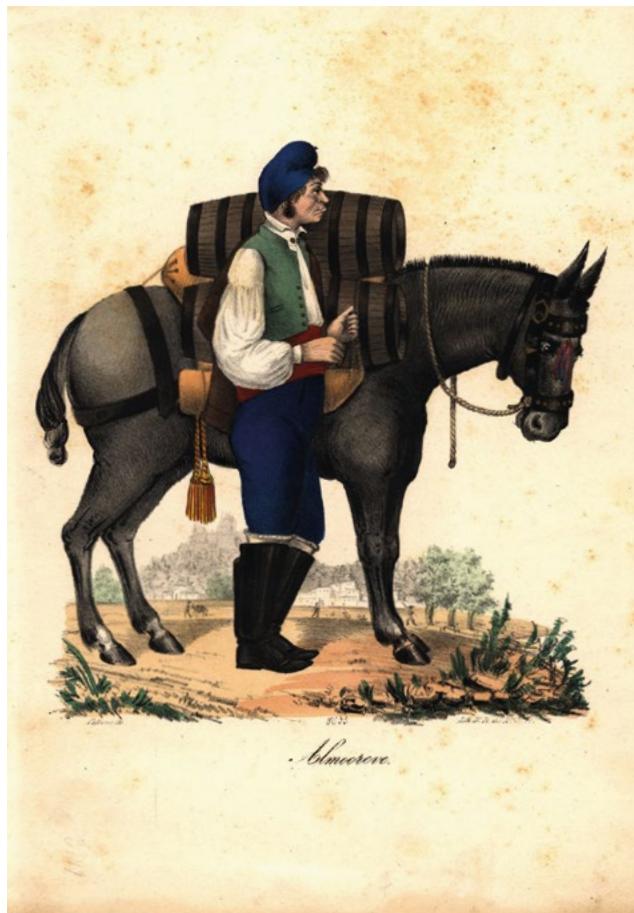


Figura 3 - Representação de um almocreve da autoria de João Palhares. ca. 1850. In <http://purl.pt/22473>

A relação entre um itinerário bem definido e a passagem frequente de almocreves e pequenos mercadores aparece-nos, pois, indisociável, assim como também se mostra princípio necessário ao posterior surgimento de um mercado ou feira. O trânsito de pessoas e bens e a posição geográfica de Lousada proporcionaram o estabelecimento de serviços relacionados, como as tabernas, as estalagens, os ferradores, as alquilarias e recovagens. Tais esta-

belecimentos alinham ao longo da rua principal, a rua direita da povoação, fomentando a fixação de pessoas e o aumento do lugar. Todo este cenário parece concorrer para o estabelecimento de um mercado. No caso de Lousada todas estas premissas se verificam e até a sede do concelho foi transferida de lugar, possivelmente, para beneficiar desta centralidade e dinamismo crescente, promovendo uma fiscalização mais eficiente e rentável.

OUTRAS FEIRAS EM LOUSADA

Para além do mercado quinzenal instituído, supostamente, na primeira metade do século XVIII aos dias 9 e 25 de cada mês, foram criadas outras feiras dentro da circunscrição do concelho de Lousada, orientadas para géneros específicos ou para abastecer povoações mais distantes.

FEIRA DE APARECIDA

Uma das mais antigas era a feira de Aparecida, que se realizava no Largo da Feira, na freguesia do Torno. Desconhecemos a data da sua fundação, mas é certo que em 1842 a feira já se realizava aos dias 21 de cada mês. Do mesmo modo não sabemos de quem partiu a iniciativa de a instituir, se foi uma ação promovida pelos moradores do lugar ou pelas autoridades civis, tendo em consideração, neste caso, que a freguesia do Torno esteve historicamente integrada no extinto concelho de Unhão e, mais tarde, no de Barrosas (também extinto), passando para a jurisdição do concelho de Lousada apenas em 1838.

FEIRA DE LAGOAS

Com a zona centro e nascente do concelho beneficiadas com o funcionamento de mercados periódicos, como eram os de Lousada e da Aparecida, impunha-se, ou assim o terão considerado os seus promotores, a fixação de um mercado na zona poente, em Lagoas. A pretensão partiu de um conjunto de homens oriundo ou estabelecidos pelas redondezas de Nevogilde, Nespereira, Casais e Lodares que encarregaram Pedro Barbosa Teixeira, "solicitador de causas" de apresentar a sua representação escrita numa sessão da

câmara. Pedia-se o *estabelecimento de hua feira de gado bacum, e suino, e géneros de consumo no lugar de Lagoas*, aos dias 18 de cada mês, por não haver nenhuma feira neste dia em distância de 5 ou 6 léguas.

FEIRA DE CAVALGADURAS

Dando corpo a uma necessidade que provavelmente se faria sentir na época, foi criada a 2 de agosto de 1838 uma feira de cavalgaduras na Vila de Lousada. Tratava-se de uma feira anual que se realizava nos dias 11 e 12 de setembro. Contudo, poucos anos depois, a câmara municipal de Paredes, *parece que por espirito de emulação, decidiu estabelecer uma feira idêntica nos mesmos dias de forma que a desta Villa foi em decadência e acabou de todo*. O executivo lousadense, a 13 de janeiro de 1844, verificando a necessidade do comércio local e por não haver nenhuma feira animal no concelho, decidiu instituir de novo a feira nos dias 23 e 24 de junho.

Referências Bibliográficas:

- Arquivo Municipal de Lousada. *Livros de Actas da Câmara*. 1840-42; 1842-46.
- AMORIM, Inês – A formação da rede de feiras e mercados. In *Actas do 3.º Encontro de História*.
- CAPELA, José, MATOS, Henrique e BORRALHEIRO, Rogério – *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, história e património*. Braga: ed. autor, 2009.
- RAU, Virgínia – *Feiras medievais portuguesas: subsídios para o seu estudo*. Lisboa: Presença, 1982.